

OS CONFLITOS ENTRE ANGOLA, ÁFRICA DO SUL E ZAIRE DURANTE O GOVERNO NETO E A ABORDAGEM DE ZERO HORA NO FINAL DA DÉCADA DE 1970

Mauro Luiz Barbosa Marques¹

Resumo: Este artigo analisa o conteúdo e reportagens de imprensa sobre os conflitos de fronteira entre Angola, Zaire e África do Sul (1975-1979). Serão analisados os aspectos políticos, econômicos e geopolíticos inseridos neste contexto internacional. Ao lado da bibliografia sobre o tema, será utilizado o conteúdo de Zero Hora, um dos grandes jornais do Rio Grande do Sul na época, quando cobriu com intensidade tal evento.

Palavras-chave: Imprensa e História; Jornal Zero Hora; Angola; Zaire; África do Sul.

THE CONFLICTS BETWEEN ANGOLA, SOUTH AFRICA AND ZAIRE DURING NETO GOVERNMENT AND THE APPROACH IN ZERO HORA IN THE END OF THE 1970'S YEARS

Abstract: This article analyzes the content and print journalism about the border's conflicts between Angola, Zaire and South Africa (1975-1979). Will be analyzed political, economic and geopolitical aspects inserted in this international context. For this goal, will be used bibliography about it and the content in Zero Hora, one of the most important newspapers at Rio Grande do Sul in that moment, when followed that event with intensity.

Keywords: Press and History; Zero Hora newspaper; Angola; Zaire; South Africa.

Introdução

A partir dos anos 1960 o conjunto do continente africano passou a reagir mais intensamente visando reverter a divisão em áreas de influência planejada pelos colonizadores europeus desde a Conferência de Berlim² de

¹ Possui graduação em História Licenciatura Plena pela Universidade Federal do Rio Grande, é especialista em Estudos Africanos e Afro brasileiros pela UNISALLE (Canoas) e Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é professor de Ensino Fundamental, Médio e Técnico na rede pública da cidade de São Leopoldo.

² Conferência realizada pelas chamadas potências européias que acabou dividindo o mapa africano entre portugueses, espanhóis, belgas, ingleses, franceses, italianos e alemães

1885. Ali ocorreram a partir deste período independências traumáticas, em maior ou menor grau.

Para o historiador Perry Anderson,³ era a constituição de um contexto “continental de descolonização, uma fronteira comum com um país independente amigável, (...) eram as precondições de uma insurreição destinada ao êxito, e, na primavera de 1961, todas elas estavam presentes”.

Angola inseriu-se neste ínterim. Assim como as demais possessões portuguesas,⁴ acabou tendo sua independência concluída apenas entre os anos 1974 e 1975. As independências das ex colônias lusitanas representaram a última onda expressiva de independências sendo, ao mesmo tempo, portadoras de uma radicalidade política nas colônias relacionada com sua Metrópole.⁵

No caso específico de Angola, principal possessão portuguesa até 1975, houve um cenário marcado por violentas disputas internas e externas, parte do contexto internacional daquele período, responsáveis por determinados caminhos na construção deste novo Estado Nacional.

Este cenário é o centro deste artigo, o qual pretende analisar o conteúdo do jornal Zero Hora (ZH), parte da imprensa escrita sul rio-grandense e suas formas de abordagem dos conflitos fronteiriços de Angola contra África do Sul e Zaire durante o governo de Agostinho Neto. Para isso, foram selecionadas aproximadamente 25 reportagens que trataram destes assuntos.

Entre os anos 1975 e 1979, Neto comandou o primeiro governo independente contemporâneo de Angola ao assumir Luanda a partir da

criando diversas fronteiras que visavam a ocupação militar, política e econômica destes espaços (BRUNSCHWIG, Henri. *A Partilha da África Negra*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004, p. 37 a 41).

³ ANDERSON, Perry. *Portugal e o fim do Ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966, p. 101.

⁴ Guiné Bissau em 10/9/1974 (em que pese a declaração unilateral de independência um ano antes), Moçambique em 25/6/1975 e Angola em 11/11/1975 (KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra Vol. II*, Lisboa: Publicações Europa-América, 2002, p. 281 a 285).

⁵ Portugal foi sacudido pela famosa “Revolução dos Cravos” em 25/4/1974, que abalou o sistema político português apelidado de ‘Salazarismo’ e contribuiu para o fim do colonialismo lusitano (MAXWELL, Kenneth. *O Império Derrotado. Revolução e Democracia em Portugal*. São Paulo: Cia das Letras, 2006).

saída portuguesa. Era o início da busca pela implantação de um modelo sócio-econômico proposto por Neto e o MPLA⁶ em um contexto de guerra civil interna contra dois outros grupos armados nacionais e de agressão externa em suas fronteiras.

Estes acontecimentos incorporavam uma série de elementos da política e das relações internacionais em um período marcado por conflitos e guerras que colocavam frente a frente dois modelos distintos de sociedade: socialismo *versus* capitalismo. Sendo assim, era tema de interesse para uma parte da sociedade naquele momento e eram focados pela imprensa.

Ao analisar o conteúdo de Zero Hora sobre este período, vale ressaltar que este periódico é um veículo tradicional na imprensa escrita no Rio Grande do Sul. Sua atual configuração está vinculada a Maurício Sirotsky Sobrinho que, em 1940, controlava alto-falantes no centro da cidade de Passo Fundo.

Em 1966, ele se associou ao jornal Zero Hora que já circulava desde 1964 em substituição ao jornal Última Hora, fechado pelo regime militar que se instalou no Brasil naquele ano, especialmente por estar vinculado ao projeto nacionalista de João Goulart.⁷ O controle acionário dos Sirotsky se consolidou em 1969 e este fato foi assim retratado no próprio conteúdo do periódico⁸:

Só na edição de 19 de maio é que vai aparecer no jornal o expediente da nova direção, encimando o editorial “Reafirmação”, no qual é declarado que “Zero Hora ingressa em seu sétimo ano de existência, com alterações em seus quadros dirigentes, mas reafirmando os propósitos que o nortearam, definidos no editorial de sua edição nº 1,

⁶ O médico e poeta Agostinho Neto ajudou a constituir o MPLA (Movimento Popular para Libertação de Angola), vinculado ideologicamente ao bloco socialista com o apoio decisivo da URSS e dos cubanos. Seus rivais eram a FNLA (Frente Nacional para Libertação de Angola) liderada por Holden Roberto e a UNITA (União para Independência Total de Angola) de Jonas Savimbi. Nas vésperas da independência, estes dois últimos movimentos agiram unificados e apoiados pelo bloco capitalista, especialmente a partir das verbas estadunidenses (LINHARES, Maria Yedda. *A Luta contra a Metrópole*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983, p. 100 a 102).

⁷ FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. *Indústria de Notícias: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 154.

⁸ SCHIRMER, Lauro. *RBS: da voz do poste à multimídia*. Porto Alegre: Editora L&PM, 2002, pp 73-74.

a 4 de maio de 1964, buscando ser um jornal autenticamente gaúcho, democrático, sem vínculos ou compromissos políticos, com um único objetivo: servir ao povo, defender seus direitos e reivindicações, dentro do respeito “às leis”. Mas, em realidade, era uma alteração que iria mudar a história do jornal e da imprensa gaúcha.

Tal periódico desenvolveu métodos de gestão empresarial mais modernos e adequados à nova realidade dos anos 1960 e 1970, enquanto seus concorrentes ainda se atinham a padrões mais antigos. Em 1969, por exemplo, ZH se tornou o primeiro jornal a adotar tecnologia off-set de impressão no Rio Grande do Sul, o que somado às reformas modernizadoras o tornaram um jornal altamente competitivo.

Na sequência, ZH tornou-se o jornal de maior tiragem e maior venda avulsa em 1982 e o maior periódico no Estado do Rio Grande do Sul a partir do fechamento temporário de seu principal concorrente, em 1984 (Jornal Correio do Povo). Importa destacar que Zero Hora apresentava no período recortado neste artigo uma adequação às formas de difusão de notícias que ocorriam naquele momento no mundo do jornalismo.

Tal realidade permitiu uma ampla cobertura de ZH sobre a complexa ruptura colonial angolana e seus constantes conflitos de fronteira. Para isso, foi fundamentalmente auxiliada pelo conteúdo comprado de Agências Internacionais,⁹ em geral aparecendo reportagens da Agência UPI e AFP em suas páginas.¹⁰ Pontualmente aparecem na cobertura de ZH referências a agência Tass, na época vinculada ao governo da antiga URSS, ou da agência angolana de notícias.

⁹ Para as matérias compradas de Agências Internacionais será utilizada a abreviatura MC. Eventualmente, para as matérias próprias de ZH será utilizada a abreviatura MP (nota do autor).

¹⁰ Agência de notícias são empresas jornalísticas que difundem informações e notícias para outros veículos de comunicação e não diretamente ao público. A primeira agência registrada foi a Havas em 1835. Quando Alemanha invadiu a França em 1940, a agência foi tomada pelas autoridades e renomeada a *Agence Française d'Information*, ainda que a companhia de publicidade mantivesse o nome de Havas. Em 20 de agosto de 1944, enquanto os Aliados retomavam Paris, um grupo de jornalistas na Resistência Francesa tomou os escritórios da AFI e publicaram o primeiro relatório da cidade libertada sob o nome de **Agence France-Presse (AFP)**. Em 1907 foi fundada a agência United Press nos EUA, fundida com a International News Service em 1958 para criar a United Press International (**UPI**), também existente até hoje. (informações presentes em <http://www.faac.unesp.br/posgraduacao/Pos_Comunicacao/pdfs/giselle.pdf> acesso em 17/05/2011).

De certa forma, não é possível considerar o conteúdo das Agências Internacionais como conteúdo próprio do jornal, mas constantemente foram observadas opções do periódico em manusear, alterar ou mesmo em escolher determinado conteúdo para publicação, o que foi confirmado pelo jornalista Jurandir Soares: “recebíamos um volume grande e diversificado de informações, isto permitia elaborarmos na redação textos que englobavam as informações de todas as Agências. Portanto, com uma informação também diversificada, que não era unilateral”.¹¹

Este e outros aspectos exigem a interpretação do historiador quando o veículo opta por determinado tema ou posição em detrimento de outro.

O contexto das fronteiras angolanas

A definitiva ruptura institucional de Angola com Portugal, em 11 de novembro de 1975 foi hegemonizada pelo MPLA, organização armada que controlava a capital naquele momento.

Portugal representava nos anos 1970, o último bastião de um colonialismo conservador de inspiração fascista baseado na superioridade racial em suas formas de qualificação, que dividia seus habitantes entre assimilados, cidadãos e a ampla massa africana.¹² Até chegar à ruptura política das colônias lusitanas, o colonialismo português precisou ser golpeado externamente pela ação popular nestas colônias e também internamente na chamada Revolução dos Cravos.

As lutas em Angola foram parte deste processo. A conquista do MPLA navegou por este cenário e para este grupo guerrilheiro foi fundamental os laços com o bloco socialista, especialmente com a URSS e Cuba. Estes cederam armas e soldados à luta do MPLA, o que somado ao apoio popular nos bairros de Luanda que Neto dispunha, permitiu a conquista do poder por este grupo.

¹¹ O Sr. Jurandir Soares é jornalista e atuava na área de Assuntos Internacionais nos anos 1970. Tal profissional cedeu entrevista ao autor, via e-mail, em 9/5/2006, nos primórdios das pesquisas que originaram este artigo.

¹² ANDERSON. *Portugal e o fim do Ultracolonialismo*, p. 12.

A crise do colonialismo português e a ajuda internacional recebida pelo MPLA foram determinantes para o futuro de Angola. Os cubanos, conforme análise de Chaliand,¹³ foram preciosos por sua ajuda técnica e presença militar. Os soviéticos, por sua vez, colaboraram do ponto de vista da assistência técnica e da ajuda econômica, considerando-se o vazio deixado pela partida de 300 mil colonos portugueses nas vésperas da independência, temerosos pela nova realidade que se avizinhava.

A opção dos dirigentes do MPLA em aderir à comunidade socialista internacional se justificava pela formação ideológica e pela proximidade política de seus dirigentes aos conceitos marxistas de sociedade em um contexto de dificuldades para os EUA após sua derrota na Guerra do Vietnã.

Também havia “traços atraentes para o Terceiro Mundo: a URSS estava perfeitamente em condições de fornecer aos seus satélites ou associados recursos de poder que jamais poderiam alcançar por seus próprios meios (...)”.¹⁴ A presença soviética em vários pontos do mundo com seu modelo de sociedade polarizavam naquele momento os debates e as ações políticas no planeta. Segundo Paulino:¹⁵

Na África, boa parte dos países descolonizados orientava-se pelos modelos de planejamento estatal e em fornecimentos soviéticos para fomentar seu desenvolvimento. Pelo mundo afora, mesmo países não diretamente alinhados com a URSS, usavam – ainda que sem dizê-lo – as técnicas de planejamento centralizado e a idéia dos planos quinquenais para acelerar sua industrialização, como foi o caso de vários países asiáticos e dos países latino-americanos (...). O prestígio da URSS e sua influência pareciam não parar de crescer, o que aumentava a fobia anticomunista e fornecia argumentos aos setores mais belicistas do Ocidente para justificar novas iniciativas armamentistas destinadas a conter a expansão do “Império do Mal”, expressão usada por Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos, para classificar a URSS durante seu governo.

Os laços internacionais retiraram Angola do isolamento e deram condições materiais para enfrentar os desafios dos anos seguintes. As lutas que ocorreram antes e após o 11 de novembro tiveram grande destaque em

¹³ CHALIAND Gerard. *A Luta pela África*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 85.

¹⁴ ZORGBIBE, Charles. *O pós Guerra Fria no Mundo*. Campinas, Editora Papirus, 1996, p. 39.

¹⁵ PAULINO, Robério. *Socialismo no século XX: O que deu errado?* Goiânia: Editora Kelps, 2008, p. 161.

seu tempo especialmente por envolver interesses de países como os EUA e URSS.

Além disso, tal contexto despertou a atenção dos militares brasileiros no poder durante o regime civil militar. Assim, as notícias sobre os movimentos políticos em Angola ganharam espaço em várias edições no ano de 1975 e nos seguintes em revistas e periódicos como ZH.¹⁶

A independência angolana foi uma disputa no marco internacional e isso ampliou seu espaço nas páginas noticiosas: esta peculiaridade, num quadro de intensa intervenção militar de potências, também tornou um dos países mais ricos – em potencial – da África em um dos mais pobres do planeta.

O explosivo contexto angolano pode ser dividido em dois aspectos, não totalmente separados entre si: a guerra civil extremamente violenta entre as três organizações guerrilheiras (contexto encerrado apenas em 2002)¹⁷ internamente e a ação da África do Sul e do Zaire nas fronteiras angolanas.

As agressões de fronteira foram denunciadas em vários dados apresentados em relatório do governo angolano em 1981 à Comissão Internacional de Inquérito aos crimes do Apartheid na África Austral, assim descrito pelo analista soviético Vichinski: “entre 27/3/1976 e 11/6/1979, as forças racistas sul-africanas realizaram 193 operações de colocação de minas, 21 provocações na fronteira, 7 bombardeamentos aéreos e efetuaram uma grande operação com a participação de tropas terrestres e aviação”.¹⁸

¹⁶ Sobre a relação entre Angola e os governos militares brasileiros ver: MELLO, Ovídio de A. O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975, “*Sessenta anos de Política Externa Brasileira – 1930-1990. O Desafio Geoestratégico*”. São Paulo: Editora Annablume/NUPRI/USP, 2000.

¹⁷ O conflito entre MPLA e UNITA (FNLA se enfraqueceu nos anos 80) se estendeu além do fim da Guerra Fria e neste período acordos assinados e não cumpridos foram a tônica entre os grupos guerrilheiros. Em 1991, foram assinados os acordos de Bicesse, que encerraram a guerra civil convocando eleições para 1992, vencidas pelo MPLA. Novo conflito ocorreu após o resultado eleitoral e novo acordo foi assinado em 1994, em Lusaca. Apenas em 2002, a UNITA, a partir da morte de Jonas Savimbi, renunciou a luta armada e tornou-se partido político em Angola. Apenas com o desmantelamento de um dos grupos rivais, portanto, a Guerra Civil encerrou-se (informações em < <http://www.angolapress-angop.ao/lanodepaz-paz-politica04.asp>> acesso em 30/9/2006).

¹⁸ VICHINSKI, Mikhail P. *Sul da África: o Apartheid, o Colonialismo e a Agressão*. Moscou: Editora Progresso, 1987, p. 180.

Sobre o perfil político do MPLA, fator que desencadeava as inimizades e os apoios internacionais, Maria Rodrigues ressalta que a maioria dos países africanos recém libertados sempre buscava o poder a partir de alianças externas. Segundo a autora, rompe com essa opção justamente o MPLA, pois “apesar de sua orientação pragmática em algumas áreas de ação, tem sido um exemplo notável de um ator africano fortemente comprometido com o papel da ideologia na formação das alianças políticas”.¹⁹

As opções da direção política angolana despertaram a reação da África do Sul, ainda sob o regime do *apartheid*, de forte opressão em relação à maioria negra. No caso do Zaire, este país perseguia um ideal de boas relações com as potências capitalistas européias e rivalizava com o MPLA angolano, sendo simpático ao FNLA.

As ações militares internas e externas, as divisões e antagonismos étnicos, o baixo nível das forças produtivas no primeiro período pós independência e as dificuldades estruturais herdadas do período colonial estiveram presentes no governo Neto. A guerra quase permanente completou a destruição da infra-estrutura econômica material, da qual dois terços já tinham sido reduzidos a zero pela explosão de ódio e das depredações quando da partida dos colonos lusitanos nas vésperas da independência.²⁰

Neste contexto, a Angola independente nasceu para o mundo e assim teve de sobreviver. Os acontecimentos lá ocorridos jamais deixaram de ser alvo de contradições internas e externas e este cenário foi amplamente noticiado nos jornais de ampla circulação do país. A independência angolana foi um fato significativo na conjuntura política internacional daquele período e representou ao mesmo tempo mais um episódio da Guerra Fria.

¹⁹ RODRIGUES, Maria Guadalupe M. As relações Estados Unidos – Angola: estudo do processo decisório na crise angolana. “*Estudos Afro-Asiáticos*”, N° 19, Dez. 1990. Rio de Janeiro: Editora Universidade Cândido Mendes, 1990, p. 185.

²⁰ SANTOS, Daniel dos Santos. Sociedade política e formação social angolana (1975-1985) “*Estudos Afro-Asiáticos*”. N° 32, Dez. 1997. Rio de Janeiro: Editora Universidade Cândido Mendes, 1997, p. 213.

Os caminhos pós independência

Como qualquer novo Estado Nacional, Angola surgiu para a comunidade internacional participando do tabuleiro das relações internacionais daquele período, o que incluiu a luta pelo reconhecimento mais amplo possível de outros Estados Nacionais e a busca da estabilidade interna, – bastante complicada ao fim de 1975 e no início de 1976 – entre outros fatores. Diversos episódios marcaram este amadurecimento político do Estado Nacional e tiveram seu destaque nas páginas, comentários e matérias de ZH.

Entre estes episódios estão as agressões constantes de fronteira por parte da África do Sul e do Zaire. Diversas reportagens sobre este tema serão selecionadas e analisadas na sequência.

Importa destacar que no início de 1976, o MPLA conseguiu se consolidar no poder de Luanda ao bloquear a ofensiva de seus adversários internos e externos. Este ímpeto desestabilizador demoraria muito para deixar de existir, mas foi reduzido naquele momento numa onda de vitórias do MPLA. Estas vitórias o gabaritaram como gestor do novo Estado Nacional e como personagem angariador de apoios e reconhecimentos internacionais.

No ato de independência angolano em 11 de novembro, houve um reduzido número de apoiadores e reconhecimentos internacionais imediatos, em especial pelos interesses em jogo e pelo clima de indefinição política. Isso mudaria no ano de 1976, mas não o suficiente para arrefecer o espírito agressor dos vizinhos de Angola.

Mesmo antes da independência, a ação agressora destes países foi uma tônica constante. Zaire pelo norte e África do Sul pelo sul de Angola ajudaram os movimentos guerrilheiros opositores ao MPLA de Neto. Foram inúmeras as crises de fronteira como as incursões de território, a problemática dos refugiados, as agressões militares e muitas provocações ocorridas entre 1975 e 1979. Tudo isso fartamente noticiado em ZH.

Imprensa e História: formas de análise

Uma série de autores contribui para a análise de conteúdo dos veículos de imprensa, objeto deste artigo. Vale reforçar que a suposta neutralidade da imprensa nada mais é do que um mito. Para Grazziotin (p. 3), “sempre existe uma tomada de posição, a escolha por uma ou outra palavra, um outro termo, que julga (condena ou salva) o objeto do texto e dá a marca de quem o escreveu”.²¹

Neste sentido, merecem destaque na análise do historiador estas posições escritas por vezes nem tão claras e ainda os silêncios, o espaço organizado nas páginas, as ocultações e as preferências dos editores, mesmo ao manusear fontes das Agências Internacionais.

Abordando tal tema, Pierre Bourdieu analisa o papel do jornalismo na sociedade, seus interesses e relações. Para o autor, o avanço civilizatório conformou uma rede de empresas jornalísticas com caráter e vínculos empresariais, o que afetou cotidianamente sua forma de desenvolver a informação e a relação com o público.

Segundo ele, o “(...) mundo do jornalismo é um microcosmo que tem leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte dos outros microcosmos”.²² Essas leis próprias se combinam com os interesses dos donos e dos anunciantes – incluído aí o Estado e órgãos governamentais – e é uma influência constante. O autor ainda nos traz o conceito de ‘óculos’:

A metáfora mais comumente empregada pelos professores para explicar essa noção de categoria, isto é, essas estruturas invisíveis que organizam o percebido, determinando o que se vê e o que não se vê, é a dos ‘óculos’. Essas categorias são produto de nossa educação, da história, etc. Os jornalistas têm óculos especiais a partir dos quais veem certas coisas e não outras; e veem de certa maneira as coisas que veem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado.²³

²¹ GRAZZIOTIN, Francine. *Imprensa: considerações para seu uso como fonte histórica*. Disponível em <<http://www.semina.clio.pro.br/4-1-2006/Francine%20Grazziotin.pdf>> acesso em 10/7/2007.

²² BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 55.

²³ IBIDEM, p. 25.

Os jornalistas podem, assim, criar uma determinada realidade, explorá-la a seu gosto, em geral tendo interesse pelo extraordinário, pelo que escapa do cotidiano. Escolher determinadas imagens, legendas, títulos e subtítulos para expor determinada visão de mundo. Por outro lado, este individualismo tem limites, especialmente pela busca da audiência, pela disputa das fatias de audiência e vendas, pelos anúncios e pelo medo permanente da ruptura com seu leque de leitores.

Desta maneira, os órgãos de imprensa tentam mostrar-se como ‘para todos’ e tentam evitar o que pode chocar ou causar repugnância entre sua massa de leitores ou expectadores. Isso inclui as posições políticas mais claras, por vezes substituídas por discursos mais subliminares, confusos ou dispersos nas falas de terceiros previamente selecionados. Como afirmado anteriormente, existe uma relação permanente entre conteúdo da imprensa e os interesses de seus consumidores.

O desenvolvimento do capitalismo também colocou a concorrência entre os órgãos de imprensa como um desafio para cada um destas empresas privadas. Isso leva a uma disputa violenta pelo ‘furo’ de reportagem por um lado e uma observação permanente entre os concorrentes o que leva a uma certa homogeneidade – não total – entre o conteúdo de vários veículos, em uma espécie de jogo de espelhos, nas palavras de Bourdieu.

A possibilidade de vozes discordantes, e mesmo opostas, estarem presentes no conteúdo da imprensa e até em um mesmo periódico se justifica, em geral, pela necessidade de atendimento ao público e para demonstrar um perfil liberal dos veículos. Isso explica o espaço em ZH ocupado pelos guerrilheiros marxistas do MPLA no meio do processo angolano, onde a disputa entre capitalismo e socialismo estava claramente colocada.

Por outro lado, mesmo quando ocorreu cessão de espaço quase diariamente para a radical independência angolana, não existiu inocência ou neutralidade na ação dos editores da grande imprensa. Quando

guerrilheiros, nacionalistas e revolucionários de inspiração marxista, expõem suas opiniões nas edições dos jornais, se torna necessário analisar as contradições presentes no conteúdo das reportagens e comentários, pois não há documento imparcial ou inocente.

Por tudo isso, as fontes primárias de origem jornalística precisam ser analisadas e delimitadas apontando os vazios e os posicionamentos subliminares ou mesmo evidentes em relação ao conteúdo histórico, onde a comparação e a interpretação tornam-se indispensáveis.

Vários aspectos influenciaram o conteúdo nas reportagens de ZH. Vale ressaltar que, apesar de certa liberdade editorial no período estudado para as reportagens internacionais, não foi eliminado totalmente o temor cotidiano sobre uma virada na linha dos censores e da Polícia Federal. A censura poderia cair sobre as redações internacionais a qualquer momento, o que pode ser considerado um limitador em alguns momentos na construção de uma notícia.²⁴

Analisando superficialmente, este espaço cedido pode parecer inusitado se observada a realidade vivida pelo Brasil nos anos 1970. Mais especificamente no hiato entre os anos 1974 e 1979, o Brasil era dirigido pelo Governo Ernesto Geisel, no contexto do regime militar imposto após 1964. Teoricamente, o Brasil vivia um período de forte censura aos meios de comunicação, os quais não deveriam comprometer os interesses de estabilidade do regime governamental.

Vale salientar que a censura foi forte em relação às temáticas nacionais, mas foi mais branda nas editorias internacionais as quais gozavam de mais liberdade para divulgação dos fatos ocorridos fora do país, como observado por diversos autores. O relato do editor de ZH na década de 1970 - abaixo descrito - confirma isso. A partir daí, esta liberdade editorial permitia a divulgação ampla dos temas geopolíticos de Angola, entre outros.

Além disso, o governo brasileiro foi vanguarda na aceitação diplomática de Angola, sendo amplamente favorável à sua descolonização,

²⁴ ALVES, Maria H. Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Vozes, 2004.

mais um fator de estímulo aos editores no momento da redação e de motivação para divulgar tais fatos em seus veículos. O sr. Olyr Zavaschi nos lembra,

(...) certamente não houve restrições a que os jornais publicassem os fatos de acordo com o que as agências de notícias transmitiam. Havia, se bem me lembro, a impressão de que o governo militar era simpático à libertação de Angola, Moçambique e Guiné, impressão que se consolidaria com o reconhecimento de Angola pelo governo brasileiro. O Brasil foi a primeira nação a fazer isso.²⁵

Além de Angola, o Brasil rapidamente reconheceu todas as independências das possessões portuguesas, fato lembrado pelo analista Newton Carlos: “Creio que o fato de o Brasil também ter sido colônia de Portugal deu aos angolanos, em relação ao Brasil, o status de irmãos (...) o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo angolano”.²⁶ Curiosamente, o Brasil vivia um regime de perfil conservador internamente e externamente apoiava independências coordenadas por grupos marxistas e guerrilheiros. Jurandir Soares complementa esta questão:

(...) na Editoria Internacional não houve interferência e, embora o governo militar brasileiro não compactuasse com o que acontecia em Portugal, não tivemos censura quanto às notícias sobre a Revolução dos Cravos e sua extensão. Eu tinha plena autonomia para escrever (...) críticas contundentes que eu fazia, por exemplo, às ditaduras de Pinochet, no Chile, ou de Franco, na Espanha. Parece que a filosofia era que as outras ditaduras podiam ser criticadas, menos a brasileira.

A partir desta certa liberdade editorial e da opção de Geisel e seus aliados frente à conjuntura africana, ZH utilizou livremente as matérias compradas de Agências Internacionais e as próprias de cada jornal, eventualmente. Assim, investiram na cobertura destes fatos buscando

²⁵ O sr. Olyr Zavaschi nos elucidou importantes aspectos do cotidiano editorial de ZH nos anos 1970 em entrevista realizada via e-mail em 21/4/2006, quando era editor do noticiário internacional deste jornal (nota do autor).

²⁶ Newton Carlos cedeu entrevista via e-mail em 4/9/2007. Nascido na cidade de Macaé (RJ) em 1927, começou sua carreira jornalística no extinto jornal “Correio da Manhã” nos anos 1950 e passou pelos principais jornais e TVs do Brasil. Foi colunista de política internacional de jornais como Folha de São Paulo, Zero Hora, Tribuna de Imprensa e Revista Manchete. Atualmente comenta sobre política internacional para Rádio e TV Bandeirantes (informações biográficas em <http://www1.folha.uol.com.br/foalha/pensata/ult.2784u2.shtml>. Acesso em 15/7/2007).

sempre a atualização noticiosa sobre a conjuntura da independência angolana em como os primeiros anos do novo Estado Nacional.

A abordagem de Zero Hora

O jornal ZH destacou amplamente os conflitos fronteiriços angolanos ao norte e ao sul do país. Já na edição de 11/2/76, este periódico previu, em sugestiva manchete do artigo oriundo da *France Press*, os conflitos por virem:

O MPLA e seus aliados soviéticos e cubanos entrarão nessa região onde o Exército sul-africano ainda continua ocupando posições. A presença sul-africana em território angolano, que conta com cinco mil homens, numa profundidade de 50 quilômetros, está destinada, segundo Pretória, a proteger o complexo hidrelétrico de Cunene, cuja represa de Calueque se acha 30 quilômetros ao Norte da Namíbia. A África do Sul manifestou em várias oportunidades sua determinação de defender, custe o que custar, esse complexo, e isso serviu de pretexto para sua intervenção em Angola. Se não houve um acordo prévio entre Pretória e Luanda sobre segurança da represa, um confronto entre os dois Exércitos será inevitável, consideram os observadores (Artigo de Edmond Marco: “Última batalha será contra África do Sul?”, p. 12). MC

Em seguida, na edição de 16/2/76, significativa notícia em ZH se destacou pela quantidade de adjetivos presentes em seu conteúdo:

A África do Sul está mantendo consultas de paz secretas com a República Popular de Angola, governada pelo esquerdista MPLA (...), num esforço de último minuto para impedir um conflito de grandes proporções entre os negros esquerdistas angolanos e o regime racista branco sul-africano.

Segundo as notícias em Johannesburgo, o governo socialista angolano (liderado pelo presidente Agostinho Neto) condicionou o estabelecimento de uma trégua ao seu imediato reconhecimento diplomático pelo regime sul-africano e a retirada de todas as tropas brancas que ainda se encontram dentro do território angolano (“Contato secreto para evitar o choque armado”, p. 14). MC

A série de adjetivos como esquerdistas e racistas, além de dividir o conflito entre Angola e África do Sul a partir da temática racial – brancos *versus* negros – torna esta reportagem especial para análise. Também, segundo seu conteúdo, estava em curso uma “uma terrível guerra racial

contra o regime de *apartheid* da África do Sul. A menos que as iniciativas de paz se tornem realidade”. O horizonte de algum acordo de paz também foi citado pela matéria:

(...) o governo estuda atualmente uma **interessante proposta** do ministro das Relações Exteriores da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos. Esta proposta seria assim: o MPLA reconheceria os interesses sul-africanos em Angola, em troca do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países. (...) Os primeiros sinais de uma possível aproximação entre os esquerdistas de angolas e os racistas brancos sul-africanos surgiram, na semana passada, quando o presidente (...), Agostinho Neto, declarou que seu governo não pretende intervir militarmente em Namíbia, (...) onde, há anos, guerrilheiros nacionalistas negros lutam pela independência. MC

Merece destaque as previsões, em geral catastrofistas, expressas pelas fontes de ZH, ao lado dos infinitos termos adjetivos presentes no conjunto da reportagem. Na edição seguinte, o tema foi retomado, com os mesmos termos além da adição de novos:

(...) o regime socialista de Luanda quer, agora, para evitar uma guerra racial de conseqüências imprevisíveis para o regime racista branco da África do Sul, que o governo de Pretória reconheça, diplomaticamente, o governo instalado em Luanda. Luanda quer que, além do reconhecimento sul-africano, aconteça, ao mesmo tempo, a imediata retirada dos soldados brancos de Pretória que estão acantonados ainda dentro do território angolano, para proteger os interesses sul-africanos naquela ex-colônia portuguesa. Estas seriam as condições do regime marxista de Luanda para aceitar uma trégua na fronteira, altamente crítica, entre Angola e África do Sul (“África do Sul suspende ajuda a pró-ocidentais”: 17/2/76, p. 13). MC

ZH e suas fontes não definem o que seria exatamente o “regime marxista ou socialista” e esta série de adjetivos colocou um discurso e um posicionamento efetivo no conteúdo da notícia, repetido dia a dia na condução da cobertura do tema.

Na edição de 29/2/76, ZH divulgou a ideia de um choque iminente entre as forças na fronteiras:

O governo pró-marxista da República Popular de Angola está prevendo **violentos choques** com as tropas brancas da África do Sul

e descreveu o regime racista minoritário, instalado em Pretória, como “o principal inimigo do povo africano”.

A Rádio de Luanda, captada ontem à noite na cidade sul-africana de Johannesburgo, advertiu: “teremos violentos choques, no sul de Angola, para expulsar – de uma vez para sempre – as tropas sul-africanas que continuam ocupando certas posições dentro de nosso País” (“Angola e sul-africanos estão falando em guerra”, p.14). MC

Esta notícia teve características confusas, em especial para o leitor menos informado, quando afirma ser o MPLA o ‘braço armado’ da República Popular de Angola: “(...) o braço armado da República Popular de Angola, o MPLA (...), liquidou, em poucas semanas, com os grupos anticomunistas rivais”. Ficou difícil entender tal conceito, sem considerar erros de construção frasal.

Por outro lado, a matéria reconheceu a incursão sul-africana em Angola e noticiou que as “(...) tropas da África do Sul estão concentradas em Calueque, a vinte e quatro quilômetros dentro do território angolano”. Na edição de 13/3/76, mudaram os conceitos usados nestas reportagens e mudou a conjuntura no sul da África, assim descrito em ZH:

As forças sul-africanas retiraram-se da cidade de Pereira de Eça, a uns 50 quilômetros da fronteira com a Namíbia, sul de Angola, anunciou ontem o ministro sul-africano da Defesa. O ministro P. W. Botha indicou que nessa cidade havia instalado um acampamento de refugiados. Botha indicou que a retirada foi decidida depois que as autoridades portuguesas concordaram com a repartição de todos os refugiados (“África do Sul saiu de Angola”, p. 12). MC

Os motivos anteriores dos conflitos entre Angola e África do Sul parecem ter desaparecido e esta pequena matéria relatou a retirada sul africana (ao menos de uma cidade angolana). Agora, a temática dos refugiados era a preponderante na crise de fronteira. O contexto interno da África do Sul não era fácil naquela altura dos acontecimentos devido a resistência popular aos ditames do *apartheid*. Isso ficou aparente na edição de 22/3/76, a qual destacou um discurso de líder zulu – etnia sul africana - deixando claro como os acontecimentos de Angola influenciavam a luta negra dentro de seu país:

(...) “a política de abertura de Vorster fracassou e não só fracassou como também a África branca queimou os dedos em Angola”. Para os negros sul-africanos, o Exército sul-africano derrotado em Angola, perdeu a sua invulnerabilidade e pode ser derrotado (“Negros exigem poder sul-africano”, p. 12). MC

Na mesma edição, em sua coluna de análise, Newton Carlos aprofundou as dificuldades da África do Sul e revela as relações entre este país e os EUA com interessantes fontes para seus escritos:

As frustrações em Angola estariam provocando mudanças em Washington? Em 1975 a diplomacia africana dos Estados Unidos foi seriamente atingida pela revelação de um documento secreto do Conselho de Segurança Nacional, o **Memorando 39**, recomendando “apoio discreto ao regime da África do Sul”. “Os brancos estão aí para ficar e a única maneira construtiva de provocar transformações é atuando através deles”, dizia uma das opções recomendadas por Kissinger, a de número dois, o que significava jogar na sobrevivência de todo o bolsão branco, inclusive do poder colonial português em Angola e Moçambique (“Contra o Racismo”, p. 12). MP

A riqueza em dados e as posições bastante claras caracterizaram este artigo do colunista Newton Carlos presente em ZH. Segundo o articulista, operavam na África do Sul “cerca de 500 empresas norte-americanas e inglesas” e apenas “três pagam salários “próximos do razoável” a seus trabalhadores negros”.

Estes dados, definiam o *apartheid* como “pedra angular da estrutura econômica e política da África do Sul”, pois se beneficiavam dele “indústrias e negócios quase totalmente de brancos e estrangeiros”, que exploravam mão-de-obra negra e barata. Esta análise qualificada mostrava aspectos econômicos muito além do anticomunismo como motivador da crise ao sul de Angola.

Depois disso, apenas em dezembro ZH noticiou a crise entre Angola e África do Sul, mais uma vez com a ideia de uma ‘guerra iminente’:

Preparativos militares sem precedentes se realizam em ambos os lados (...) que separam Angola da Namíbia, enquanto o início de combates paira iminente ontem aos observadores. O comissário das Nações Unidas em Lusaka Mac Bride acusou a África do Sul de preparar uma invasão de Angola a partir da estreita faixa de Caprivi enquanto as autoridades sul-africanas predisseram uma ofensiva dos guerrilheiros da (...) SWAPO. Quatro Estados africanos dos chamados

de **primeira linha** organizaram uma ponte aérea para entregar armas a SWAPO em Angola, informou ontem em Joanesburgo o jornal opositor **Rand Daily Mail**. (...) Em virtude dessa situação o ministro sul africano da Defesa, P. W. Botha declarou que seu país manterá na “zona de operações” todas as tropas que considerar necessárias para assegurar sua defesa e as fronteiras (...). Mac Bride, que deixará seu cargo de comissário das Nações Unidas na Namíbia em fins deste mês, indicou que cerca de 50 mil soldados sul-africanos fortemente armados estão instalados na faixa de Caprivi, junto à fronteira com Angola. Segundo Mac Bride, esse Exército sul-africano se dispõe a atacar Angola, sem dúvida alguma, no próximo mês (“Angola e África do Sul já estão prontas para Guerra”: 11/12/76, p. 13). MC ²⁷

Apesar de Angola e África do Sul estarem prontas para guerra “sem dúvida alguma”, esta temática ficou suspensa por muitos meses em ZH. As ameaças sul-africanas de incursão ao território não ocorreram como previsto na reportagem, apesar deles estarem dispostos a “perseguir os nacionalistas da Namíbia até o território angolano se isso for necessário”. Apenas em maio de 1978 houve novos destaques e desta vez se tratava da real invasão sul africana ao território angolano ocorrida naquele mês.

Na edição de 5/5/78, ZH registrou a entrada das tropas sul africanas em Angola perseguindo os guerrilheiros da SWAPO, segundo versão sul africana (“Vorster ataca QG da SWAPO em Angola”, p. 12) MC. Na mesma notícia, Angola reafirmou o combate à agressão sofrida.

Na edição seguinte, foi destacada a desaprovação estadunidense nas palavras anunciadas pelo presidente Jimmy Carter sobre o fato e aprofundadas as explicações sul africanas:

(...) “Eu acho que todos vocês sabem que foi apenas um ataque relativamente pequeno”, acrescentou aos jornalistas, “Nós expressamos nossa preocupação e pedimos uma explicação”. (...) “Os sul-africanos já se retiraram e não deixaram nenhuma força em Angola. Esperamos que tenha sido apenas um ataque de represália e que tudo já tenha terminado” (“Invasão de Angola não agrada EUA”: 6/5/78, p. 14). MC

Na edição de 10/5/78 ficou claro que não se tratava de uma simples ação de represália como na ‘esperança’ de Carter. ZH divulgou ainda ampla

²⁷ Os grifos são do texto original.

destruição de uma cidade angolana, aproveitando para colocar na matéria os detalhes de barbárie, como ocorria em seu conteúdo com alguma frequência:

Centenas de cadáveres calcinados e em decomposição, por causa do violento sol africano estão empilhados em fossas comuns, sob nuvens pestilentas de moscas, em Cassinga, cidade do sul de Angola, que foi vítima, na semana passada, de uma incursão desencadeada pela África do Sul. (...) uma dezena de jornalistas estrangeiros conseguiu constatar ontem a amplitude do que as autoridades angolanas qualificam de “genocídio”. Viam-se inúmeros corpos de mulheres mortas por bombas e metralhadoras das tropas sul-africanas. Alguns jornalistas saíam rapidamente e se afastavam das fossas comuns, incomodados pela pestilência e o horror (...). Em outra fossa, foram enterrados 122 refugiados de Namíbia. Outro grupo numeroso fugiu para os montes vizinhos, mas foi aniquilado por pára-quedistas sul-africanos. (...) Na manhã do ataque, Cassinga contava exatamente com 3.086 habitantes. Ontem não restava nem rastros da população, salvo as marcas no meio a desolação (“África do Sul destrói cidade”, p. 12). MC

Os detalhes de barbárie descritos mostraram a força da ação da África do Sul na fronteira angolana, mas mesmo assim, não houve sequência específica desta notícia nos dias seguintes. Apenas em novembro, uma nova incursão da África do Sul foi denunciada por Angola e teve destaque em ZH:

Huambo, a segunda cidade em importância de Angola, sofreu uma onda de atentados a bomba que causaram 40 mortos, sendo 24 na manhã de ontem e mais de 100 feridos, informou a polícia. Recentemente, o ministro da Defesa de Angola, major Iko Carreira revelou preparativos de uma agressão sul-africana contra a República Popular de Angola. (...) Informaram que estes atos de sabotagem e de terrorismo foram executados numa primeira fase contra objetivos econômicos e contra populações indefesas das localidades mais produtivas. Angola acusou ontem nas Nações Unidas, a África do Sul de mobilizar cerca de 22 mil soldados ao longo de sua fronteira, preparando-se para lançar novos ataques contra cidades e vilas angolanas. (...) (“40 mortos, o saldo destes atentados a bomba em Angola”: 11/11/78, p. 13). MC

Desta forma, com as denúncias angolanas sobre as atitudes sul-africanas, ZH encerrou sua abordagem mais específica sobre os conflitos entre Angola e África do Sul no período delimitado neste artigo. A crise da fronteira inamistosa do sul permaneceu até os anos 1980 e vários episódios

conflitivos se deram naquela região. Como nos ilustra Alencastre, a África do Sul precisou agir do seu jeito por todos estes anos, pois sofria “um asfixiante processo de isolamento internacional e agora vendo nas suas fronteiras, ao norte, comunidades de povos negros que se tornaram independentes, com governos negros, nacionalistas e anti-racistas”.²⁸

Ao lado do conflito sulista, Angola encarou importantes dificuldades ao norte de seu território: a crise com o Zaire. Na edição 14/4/77, surgiu a primeira notícia mais específica deste contexto. Nesta notícia, ZH e suas fontes registraram a entrega de nota do governo angolano aos representantes franceses em Luanda, criticando o apoio francês ao Zaire, qualificando de neo colonialista e reacionário o presidente francês.

Tal nota também registrou a ocorrência de bombardeios sobre um hospital na Zâmbia e a afirmação angolana de que não tem relação com a crise interna do Zaire, embora esta crise não tenha sido abordada anteriormente pelo jornal. Naquele período, Zaire enfrentava conflitos sociais internos ao redor da província de Shaba e acusava constantemente que Angola e o MPLA articulavam tal situação (“Governo de Angola teme que a guerra se estenda a seu país”, p. 17). MC

No dia seguinte, foi registrada a reação de Angola ante o ataque zaireense a um navio de carga:

A advertência foi feita depois que, segundo fontes diplomáticas, tropas marroquinas foram transportadas por avião ao coração da província mineira de Shaba a fim de desfecharem uma grande ofensiva contra os rebeldes invasores. Os rebeldes são em sua maioria milicianos exilados da antiga província de Katanga (atual Shaba) (“Angola adverte contra provocações de Mobutu”: 15/4/77, p. 17). MC

Na edição seguinte, foi dado espaço amplo para voz de Mobutu, presidente do Zaire, desejoso do apoio estadunidense para seus desafios

²⁸ ALENCASTRE. *América Latina, África e Atlântico Sul*, p. 64

internos e também foi citada pela primeira vez em ZH, a FNLC, tida como “organismo rebelde”:²⁹

Em Bruxelas, a (...) FNLC, o organismo rebelde, declarou que suas forças causaram uma grande derrota às tropas do governo, (...). Em sua entrevista ao jornal de Bruxelas, Mobutu disse: “Estou desconcertado com a atitude dos Estados Unidos. Menos de 24 horas depois do ataque em Shaba. Cyrus Vance informou que os Estados Unidos estavam ao lado do Zaire e que não seríamos abandonados. Isto representou um compromisso. Depois, Andrew Young afirmou o contrário. Mas fiquem tranqüilos, acho que posso considerar que os Estados Unidos continuam a manter um compromisso conosco. Eles nos deram uma ajuda importante, como a Bélgica e a França”. Mobutu voltou ontem a acusar a União Soviética de ter bombardeado o território de Zâmbia “para lançar a responsabilidade sobre o Zaire” (“Mobutu promete recapturar província de Shaba”: 16/4/77, p. 14). MC

ZH aos poucos vai completando as peças da crise interna do Zaire e relacionando-a no tabuleiro internacional junto a Angola, EUA e outros. Mais adiante, na edição de 25/4/77, em importante notícia sobre as crises de fronteira de Angola, foi dado longo espaço a um discurso de Agostinho Neto feito em um banquete em sua homenagem na cidade de Belgrado. Em seu conteúdo, considerando a manchete e o corpo da notícia, o conjunto da matéria relacionou as crises de fronteira ao norte e ao sul de Angola, algo inédito até aquele momento:

(...) Neto declarou que a África do Sul se constitui no principal problema que enfrenta na atualidade o continente africano. (...) disse que “todos os problemas da África não estão solucionados. Pelo contrário, em algumas regiões esses problemas são ainda mais numerosos. Existem regiões com grandes conflitos e situações perigosas (...) há em atividade um racismo agressivo, porém nós não vacilaremos em combatê-los. Não devemos temer as forças reacionárias, os povos africanos resistirão às agressões. (...) nós, em Angola, decidimos combater. No entanto, não se fala no sul da África. Pensamos que nessa área existe uma agressão contra o povo. Devemos pensar sempre nesse país e não só na Namíbia e Zimbabwe porque esses países são só o reflexo da África do Sul” (“Agostinho Neto evita falar no conflito do Zaire”, p. 12). MC

²⁹ FNLC - Frente Nacional pela Libertação do Congo (por vezes apareceu como FLNC), organização de resistência interna ao país, visavam a constituição de um Estado democrático e com justiça social, conforme suas declarações políticas. Tal temática não foi abordada com profundidade em ZH (nota do autor).

Em 27/4/77, com certo toque surreal, ZH destacou a presença dos pigmeus na guerra de fronteiras, que merece ser descrita pela peculiaridade:

O governo do Zaire retirou de 150 a 300 pigmeus de sua campanha contra os rebeldes invasores da província de Shaba porque, segundo fontes militares, os enormes pastos da região são mais altos que esses arqueiros, cuja estatura só chega a um metro e 20 centímetros. Além disso, os pigmeus não se sentiam demasiado atraídos pela guerra. (...) tampouco são particularmente apaixonados pelos costumes militares pois se comprazem habitualmente a resolver seus problemas em conversações com o inimigo, em vez de lutar. (...) Talvez a vantagem maior que o governo pensava obter ao utilizá-los seria os temores supersticiosos dos Katangueses. Alguns africanos crêem que os pigmeus podem comunicar-se em espírito e com animais. Ao anunciar a retirada do pequeno grupo da frente de combate, o governo parece reconhecer que a atual situação, ao menos, a reputação dos pigmeus excedeu seu rendimento. (...) (“Zaire decide retirar os pigmeus da guerra”, p. 17). MC

ZH e suas fontes selecionadas retrataram a presença dos pigmeus na guerra como uma curiosidade com certo aspecto hilário e exotismo no meio de um duro contexto bélico. Essa reportagem encerrou a abordagem sobre a crise zairense no ano de 1977. No ano seguinte, na edição de 3/2/78, foi dado espaço a um porta-voz da FNLA acusando Angola dos problemas do Zaire:

Segundo um porta-voz da organização anticomunista, a invasão com tropas formadas por catangueses exilados em Angola começaria a tempo de coincidir com as eleições parlamentares de março na França. “(...) o MPLA lançou uma nova campanha de desinformação para camuflar as atividades dos mercenários cubanos e catangueses”, declarou o porta-voz da FNLA. (...) Um diplomata ocidental bem informado disse que a FNLA provavelmente está exagerando, mas observou que há semelhanças entre os pronunciamentos do governo de Luanda feitos na semana passada e as declarações angolanas divulgadas pouco antes da invasão de Shaba (“FNLA denuncia: Angola quer invadir Shaba”, p. 14). MC

Nesta notícia, as fontes “bem informadas” duvidaram, mas não descartaram a versão da FNLA. De qualquer forma, apenas no mês de maio houve a cobertura da real ação dos catangueses em Shaba:

Os rebeldes que lutam contra o governo do Zaire capturaram ontem duas cidades importantes na província de Shaba em meio a violentos conflitos que tiveram amplas repercussões internacionais. (...). Porta-vozes da oposição negaram as denúncias de Mobutu, de que a revolta teria sido planejada em Angola, apoiada por cubanos e mantida por russos, argelinos e líbios. (...). As versões sobre a origem e composição das forças rebeldes ainda são conflitantes. O governo afirma que os rebeldes incluem quatro mil exilados de Katanga apoiados pelos cubanos, que procuram separar a província de Shaba (ex-Katanga) (“Rebeldes de Katanga tomam duas cidades no Zaire”: 16/5/78, p. 18). MC

Esta notícia, exemplar pela variedade nas fontes e contrapontos, talvez ficasse completamente satisfatória se sua manchete refletisse as incertezas do texto integral. De qualquer forma, uma série de elementos sobre a crise zairense foram acrescentados ao leitor que tivesse acesso a esta edição de ZH.

Nesta reportagem foram historicamente contextualizados os rebeldes catangueses, sendo estes os que “lutaram pela independência da província no começo da década de 1960 e foram derrotados no ano passado durante a guerra de Shaba de 80 dias”. Personagens diversos também apareceram na matéria:

A Frente de Libertação Nacional do Congo em Paris afirmou que “os libertadores” estavam lutando para libertar o país do governo de Mobutu. O Movimento Nacional Vongo-Lumumba, de esquerda, declarou em Bruxelas que a rebelião “envolve forças populares de todos os setores” e não apenas katangueses. Também em Bruxelas, o Comitê Zaire, integrado por representantes de todas as tendências políticas, acrescentou que o conflito “é um assunto interno que é a consequência do declínio das condições de vida no Zaire”.

Por fim, também as fontes soviéticas, via Agência Tass, foram apresentadas, pois a URSS negou sua participação nos eventos zairenses: “É absolutamente claro que tais alegações são bastante sem fundamento e pura invenção”.

Na edição de 25/5/78, ocorreu a descrição de uma série de combates e da opção de apoio dos franceses ao Zaire de Mobutu. No corpo da matéria em nenhum momento foi citada Angola como agente na crise na fronteira do Zaire (“Zaire: os franceses temem novo ataque das guerrilhas, p. 16). MC

No mês seguinte, na edição de 11/6/78, duas notícias na mesma página e combinadas contribuíram com a ideia da isenção angolana na crise do Zaire:

Vários membros da Comissão de Relações Exteriores do Senado disseram ontem que as provas do governo norte-americano de que tropas cubanas tiveram participação na invasão da província de Shaba, no Zaire, no mês passado, não são convincentes (“Senado americano não vê presença cubana no Zaire”, p. 14). MC

&

(...) Neto anunciou ontem que os rebeldes catangueses, que seu governo marxista abriga, serão desarmados sistematicamente, como uma das várias medidas que sugeriu para acalmar os temores do Zaire de que surja nova invasão partida do território de Angola. (...). “Jamais organizamos expedição alguma contra o Zaire. Nossos aliados soviéticos e cubanos não interviram de modo algum para fomentar rebelião no Zaire partida de território angolano” (“Angola vai desarmar rebeldes catangueses”, p. 14). MC

A expressão “governo marxista”, sem definir o que seria tal conceito é constante em ZH. Aparentemente, era desejado localizar Angola em um determinado campo político o qual tinha influências do pensador Karl Marx.

Esta expressão teve origem nas Agências Internacionais e acabava em geral incluída nos periódicos. Apesar de ‘marxista’, ZH divulgou notícias que isentaram Neto e seu governo de uma clara ação provocativa na fronteira. A partir desta perspectiva, a normalização das relações entre Zaire e Angola já foi destacada, com passos práticos, na edição de 18/7/78: “O Zaire e Angola concordaram ontem em normalizar suas relações, autorizar a volta dos refugiados, se assim o desejarem, e reabrir a ferrovia de Benguela” (“Relações entre Luanda e Kinshasa normalizadas”, p. 14). MC

Já na edição de 22/8/78, foi noticiado o compromisso mútuo pelo desarmamento: Angola desarmaria os rebeldes catangueses e o Zaire, por sua vez, não permitiria atividade contra o governo do Neto em seu território (“Angola firma acordo de segurança com Zaire”, p. 17). MC

A partir destes acordos de paz entre Angola e Zaire, ZH fechou a cobertura desta importante crise na fronteira inamistosa do norte e não ocorreram novas notícias sobre as contradições entre estes países, dentro do recorte temporal delimitado neste artigo.

Observações finais

Analisando as reportagens de ZH no período recortado, nem sempre determinado posicionamento se tornou evidente em uma rápida leitura da notícia. Por vezes, foi metodologicamente necessário analisar várias reportagens para serem observadas formas de abordagens, as quais, raramente foram homogêneas. Isso parece demonstrar certo grau de opção de conteúdo no manuseio destas matérias adquiridas majoritariamente no mercado de notícias.

Por vezes, ZH silenciou sobre determinado assunto ou não deu sequência ao mesmo nas edições seguintes, como parecia necessário pela grave situação ali estabelecida. ZH demonstrou, em geral, certo grau de opção e foi no mínimo corresponsável por aquilo que publicou em suas páginas. Isso pareceu claro nas palavras isoladas, nas definições insistentes sem o aprofundamento necessário e nos silenciamentos pontuais.

Sendo lugar comum já comentado que absoluta neutralidade é algo impraticável na imprensa – como em outras áreas de ação humana - pode-se criticamente ao menos esperar que um periódico auto denominado como informativo e sem definição ideológica possa ter uma abordagem técnica e correta metodologicamente ao utilizar suas fontes.

No período analisado, raramente ZH utilizou diversas fontes, contrapontos ou mesmo o necessário aprofundamento explicativo de determinadas temáticas, as quais por vezes pareciam surgir do nada e ir para o lugar algum, sem sequência. Isto não significou que estas reportagens não tivessem em seu conteúdo algum tipo de posição ou opção opinativa.

Ao mesmo tempo, mereceu destaque naquele período a grande quantidade de matérias sobre Angola, bastante superior a outros processos semelhantes, não tendo outro país africano tal espaço nos periódicos. Angola era vista como um novo Vietnã, mas que poderia ser uma nova derrota para os EUA, novamente, ou para a URSS, como ironia da história. Parece que esta expectativa pairava perenemente durante o período

analisado o que incluiu as atitudes de África do Sul e Zaire nas suas intervenções de fronteira.

Apesar de todo este cenário, ZH divulgou geralmente visões parciais sobre os acontecimentos em Angola durante este período analisado. Devido a pouca diversificação das fontes, cada reportagem parecia uma parte de um todo, na maioria das vezes.

Existiu um padrão no período recortado: a maioria das reportagens colocava Angola como opositora do mundo ocidental e de seus valores e buscava divulgar o caos reinando na ex colônia portuguesa. Diversas definições e expressões carregadas de valor foram usadas e pareciam julgá-la, ao menos de forma subliminar.

Expressões como “governo marxista”, “Pró ocidentais”, “esquerdistas”, “direitistas”, “inspiração marxista”, “anti comunistas”, entre outras, tentam conduzir o entendimento dos leitores médios, em especial aqueles com poucas fontes alternativas sobre os temas noticiados. Tais expressões buscaram colocar o MPLA como membro de um bloco político oposto ao qual o povo brasileiro e sua nação estavam.

Ao contrário de um cenário ideal de qualificação das reportagens, aprofundamento de temáticas ou explicações sobre determinados temas foi comum em ZH reportagens que noticiavam importantes situações políticas ou bélicas aparentemente definitivas sobre um lado ou outro dos conflitos de fronteira.

Sem a desejável resposta do outro lado do conflito – Angola, Zaire ou África do Sul - pareciam verdades plenas, mas era apenas a versão de um lado. Ressalte-se que isso ocorreu de maneira igual para todos os envolvidos, o que demonstra uma dificuldade dos periódicos e uma característica metodológica dos mesmos e não uma opção de preferência por um lado, ao menos neste caso.

A ausência de fontes diversificadas não impediu que todos os atores da crise angolana sempre tivessem seu espaço nas notícias, o que ocorria isolando cada setor do conflito e dando espaço e voz a este personagem e

não confrontando – na maior parte das vezes – os diferentes discursos e posicionamentos sobre as crises fronteiriças.

ZH narrou também as dificuldades dos inimigos de Neto, em especial da África do Sul e dos EUA, os quais por motivos distintos acabaram sendo derrotados neste processo. ZH sempre priorizou as tramas políticas, o cotidiano das batalhas e a descrição de barbáries sempre que possível. Por vezes, chamou a atenção pelas manchetes relativas a guerras iminentes entre estes países. Mesmo sendo ‘iminentes’, não passavam das manchetes, pois nos dias seguintes desapareciam da pauta.

Por estilo próprio, ZH sempre que possível abusava ao usar fotos de cadáveres ou em desenvolver descrições sinistras as quais hoje são, em geral, evitadas pelos jornais. Por tudo isso, se por um lado não se pode exigir um conteúdo de caráter acadêmico ou mesmo científico por parte de uma revista ou jornal pelas suas formas de construção e até mesmo pelas suas raízes, foco e público, por outro é preocupante que estes veículos acabem sendo a única janela de informação para milhares de pessoas.

Se no início do século XXI novas fontes informativas surgem e tem um perfil radicalmente democrático, podendo qualquer cidadão construir seu próprio espaço noticioso em blogs ou sites, isso não ocorria nos anos 1970. Lá existiam limitadas fontes de informação, sendo que os jornais de ampla circulação tinham boa tiragem relativa à população total do país, normalmente.

É neste contexto limitado de acesso a informações que cresce a importância da abordagem de ZH e mesmo de seus concorrentes. O conteúdo da imprensa acaba sendo influente no imaginário e na construção de opiniões de seus leitores a partir do posicionamento de articulistas, colunistas e das reportagens em si.

São elementos difíceis de medir quantitativamente, mas a forma de enxergar, por exemplo, a realidade africana no imaginário popular em geral coincidiu por vários anos com a visão média da imprensa, ao considerar este um continente de doenças, guerras, miséria, caos e poucas possibilidades

de futuro. Esta visão negativa perdurou muito tempo ao menos no senso comum.

Lentamente parece ocorrer uma superação deste cenário noticioso a partir do final do século XX. Certamente não era a realidade dos anos 1970, onde a disputa política travada em Angola era vista como o mal que poderia levar este país para a miséria e à barbárie, o que, como um passe de mágica, não parecia existir no período colonial anterior.

Se não pode ser tratada a construção do conteúdo da imprensa de maneira maquiavélica como se os editores tivessem objetivos políticos claros e planejados, os limites da abordagem de ZH foram vários.

O método aligeirado, a ausência de fontes variadas e de contraponto, o pouco aprimoramento e lapidação ao divulgar determinadas matérias, acabaram distanciando ZH mesmo do antigo ideal iluminista jornalístico de informar adequadamente o cidadão. Possivelmente seja esta a principal conclusão a partir da análise deste episódio.

Artigo Recebido em 22.08.2013

Artigo Aprovado em 28.11.2013